ISSN: 2358-8829

Formação Continuada em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: O Papel do Tutor como Agente de Mediação e Articulação Pedagógica

Joyce Mara Lima da Silva [1] [2]

RESUMO

A formação continuada em Educação Especial na perspectiva inclusiva constitui-se como elemento fundamental para a consolidação de práticas pedagógicas que garantam o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do tutor como agente de mediação e articulação pedagógica nos processos formativos voltados à educação inclusiva.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentada nos pressupostos da Educação Inclusiva e nas diretrizes que orientam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendendo a formação docente como espaço de reflexão crítica e ressignificação das práticas. A metodologia adotada baseia-se na análise das experiências vivenciadas no acompanhamento de cursistas em curso de formação continuada, considerando as interações, orientações pedagógicas, mediações formativas e desafios identificados ao longo do processo.

Os resultados evidenciam que a atuação do tutor ultrapassa funções meramente administrativas, assumindo papel estratégico na promoção do diálogo, no esclarecimento teórico-metodológico e na articulação entre teoria e prática. Observou-se que a mediação qualificada contribui significativamente para o fortalecimento da compreensão sobre o AEE, para a segurança na elaboração de propostas pedagógicas inclusivas e para a consolidação de uma postura docente mais reflexiva e comprometida com os princípios da inclusão escolar.

Conclui-se que a tutoria constitui-se como elemento estruturante na formação continuada, favorecendo a construção de saberes pedagógicos alinhados às demandas contemporâneas da educação inclusiva.

Palavras-chave: Formação continuada, Educação Especial, Educação Inclusiva, Tutoria, Mediação pedagógica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Especial na perspectiva inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da educação como um direito de todos e na necessidade de assegurar condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem aos estudantes, respeitando suas características e necessidades educacionais. Nessa perspectiva, a inclusão escolar não se limita à matrícula do estudante na classe comum, mas pressupõe a construção de ambientes educativos acessíveis, acolhedores e capazes de responder à diversidade humana.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, constitui um importante marco para a organização de sistemas educacionais inclusivos no Brasil. O documento defende a garantia do acesso, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, destacando a necessidade de superar práticas excludentes e promover mudanças na organização escolar e nas práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, a inclusão escolar exige a identificação e a eliminação de barreiras que dificultam o desenvolvimento dos estudantes, bem como a construção de condições educacionais que respeitem suas diferenças e assegurem o direito à educação (BRASIL, 2008).

No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, estabelece, nos artigos 58 e 59, disposições referentes à Educação Especial, incluindo a oferta de serviços de apoio especializado, quando necessários, e a adoção de métodos, recursos educativos e formas de organização adequados às necessidades dos estudantes (BRASIL, 1996).

De maneira complementar, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, reforça o direito à educação em um sistema educacional inclusivo, orientado pela igualdade de oportunidades e pela eliminação das barreiras que comprometem a participação das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Esses dispositivos legais demonstram que a efetivação da inclusão escolar exige ações articuladas entre os profissionais da educação, a gestão, os serviços de apoio e as famílias. Nesse cenário, a formação continuada assume relevância, pois possibilita aos educadores aprofundar conhecimentos, rever concepções e desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes.

Mantoan (2003) contribui para essa discussão ao defender a transformação da escola para que ela acolha as diferenças e supere práticas educacionais excludentes. Essa compreensão permite reconhecer que a inclusão não depende exclusivamente das características individuais dos estudantes, mas também da capacidade da instituição de reorganizar suas práticas, seus recursos e suas relações pedagógicas.

Formação continuada de professores e desenvolvimento de práticas inclusivas

A formação continuada constitui um processo permanente de construção e atualização dos conhecimentos profissionais, especialmente diante das transformações sociais, pedagógicas e legais que atravessam a educação. Na perspectiva inclusiva, esse processo torna-se ainda mais importante, pois os professores precisam compreender as diferentes formas de aprender e desenvolver estratégias que favoreçam a participação dos estudantes nas atividades escolares.

A formação docente não deve ser compreendida apenas como transmissão de conteúdos teóricos ou cumprimento de atividades obrigatórias. Ela precisa promover reflexão crítica sobre a prática, análise de situações concretas e construção coletiva de alternativas pedagógicas. Nessa direção, Nóvoa (2009) destaca a importância de

aproximar a formação dos professores dos contextos reais de trabalho, valorizando a experiência profissional, a colaboração e a reflexão sobre os desafios vivenciados nas instituições educativas.

No campo da Educação Especial, essa compreensão implica reconhecer que o professor necessita de oportunidades para discutir estratégias de ensino, acessibilidade curricular, recursos pedagógicos, avaliação e formas de participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A formação continuada pode contribuir para ampliar esse repertório profissional, desde que estabeleça relações entre os fundamentos teóricos e as demandas concretas do cotidiano escolar.

Além disso, a formação inclusiva precisa favorecer a superação de concepções que atribuem exclusivamente ao estudante as dificuldades encontradas no processo de escolarização. É necessário analisar também as barreiras presentes nas práticas pedagógicas, na comunicação, nos materiais didáticos e na organização do ambiente escolar.

Assim, a formação continuada representa um espaço de aprendizagem profissional e de ressignificação das práticas educativas. Ao compartilhar experiências, analisar dificuldades e elaborar possibilidades de intervenção, os educadores podem fortalecer uma atuação mais colaborativa e comprometida com o direito à aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado e a articulação pedagógica

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço da Educação Especial destinado a identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para eliminar barreiras à participação e à aprendizagem dos estudantes que constituem seu público-alvo, em articulação com a escolarização comum.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 instituiu diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, estabelecendo orientações para sua organização e seu desenvolvimento no contexto escolar. O documento constitui uma referência normativa para compreender o papel do AEE e sua relação com o processo de escolarização (BRASIL, 2009).

A efetivação de práticas inclusivas requer diálogo entre os profissionais envolvidos no atendimento aos estudantes. A articulação entre o professor da sala comum, o professor do AEE, a gestão escolar e os demais profissionais permite compartilhar informações pedagógicas, identificar barreiras e planejar estratégias coerentes com as necessidades educacionais observadas.

Nesse sentido, a formação continuada deve abordar o AEE não como uma ação isolada ou substitutiva da escolarização comum, mas como parte de uma organização educacional que busca ampliar as condições de participação e aprendizagem. O planejamento colaborativo e a análise das necessidades dos estudantes contribuem para que os recursos de acessibilidade e as estratégias pedagógicas sejam incorporados de maneira mais consistente ao cotidiano escolar.

A compreensão dessas atribuições também exige atenção à legislação e às

orientações educacionais vigentes, evitando interpretações que restrinjam a inclusão à presença de profissionais de apoio ou à existência de um diagnóstico. A construção de práticas inclusivas envolve responsabilidades institucionais, planejamento pedagógico e compromisso coletivo.

O tutor como agente de mediação e articulação pedagógica na formação continuada

No contexto da formação continuada, a tutoria pode desempenhar uma função importante na aproximação entre os conteúdos estudados e as experiências profissionais dos cursistas. Sua atuação envolve acompanhar o percurso formativo, orientar a realização das atividades, esclarecer dúvidas, estimular a participação e favorecer a reflexão sobre os conhecimentos construídos ao longo do curso.

A mediação pedagógica, nessa perspectiva, não se resume ao envio de informações ou ao controle de prazos. Ela pressupõe escuta, diálogo, orientação e incentivo à autonomia dos participantes. O tutor atua como facilitador do processo de aprendizagem, contribuindo para que os cursistas compreendam os conceitos apresentados e identifiquem possibilidades de aplicação em seus contextos profissionais.

Quando a formação aborda a Educação Especial na perspectiva inclusiva, essa mediação assume relevância particular. Os cursistas podem apresentar diferentes níveis de conhecimento sobre o AEE, acessibilidade, planejamento inclusivo e estratégias pedagógicas. Cabe à tutoria favorecer um ambiente de troca e reflexão, no qual as dúvidas possam ser discutidas e os conhecimentos prévios relacionados aos novos conteúdos.

A articulação entre teoria e prática constitui outro aspecto central da atuação do tutor. Ao incentivar a análise de situações do cotidiano escolar, a elaboração das atividades propostas e a reflexão sobre os desafios da inclusão, o acompanhamento tutorial pode contribuir para que os cursistas atribuam significado aos conteúdos estudados e ampliem suas possibilidades de intervenção pedagógica.

É importante destacar, entretanto, que a atuação do tutor não substitui as atribuições do professor formador, dos docentes responsáveis pelo atendimento educacional ou da gestão escolar. Sua contribuição ocorre no âmbito das responsabilidades estabelecidas pelo curso e deve favorecer a autonomia dos cursistas, o diálogo com os fundamentos teóricos e a construção de conhecimentos relevantes para a prática profissional.

Dessa forma, a tutoria pode ser compreendida como uma dimensão de apoio pedagógico à formação continuada, capaz de favorecer a participação, a reflexão crítica e a apropriação dos conhecimentos relacionados à Educação Especial. Sua efetividade, contudo, depende das condições institucionais, da clareza das atribuições, da qualidade das interações e da articulação entre os objetivos formativos e as necessidades dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do papel do tutor na formação continuada em Educação Especial na perspectiva inclusiva permite discutir a importância do acompanhamento pedagógico para

a compreensão dos conteúdos e para a reflexão sobre as práticas profissionais. Considerando a abordagem qualitativa e descritivo-analítica apresentada na metodologia, esta seção organiza a discussão em torno de três dimensões: a mediação pedagógica, a articulação entre teoria e prática e os desafios do acompanhamento formativo.

É importante que a versão final desta seção seja ajustada às experiências efetivamente registradas durante a tutoria, como as dúvidas apresentadas pelos cursistas, as orientações realizadas, as atividades acompanhadas e as dificuldades identificadas no decorrer do curso.

A mediação pedagógica como apoio ao percurso formativo

A primeira dimensão de análise refere-se à importância da mediação pedagógica no acompanhamento dos cursistas. Em cursos de formação continuada, o acesso aos materiais e às atividades propostas não garante, por si só, a compreensão dos conteúdos. A aprendizagem também depende das oportunidades de diálogo, da possibilidade de esclarecer dúvidas e da orientação oferecida ao longo do percurso formativo.

Nesse contexto, a atuação do tutor pode contribuir para organizar o processo de aprendizagem, orientar a realização das atividades e estimular a participação dos cursistas. Quando as orientações são claras, contextualizadas e relacionadas aos objetivos da formação, tornam-se mais favoráveis à compreensão dos conteúdos e à realização das propostas pedagógicas.

Essa discussão relaciona-se à perspectiva de Nóvoa (2009), para quem a formação docente deve manter vínculos com os contextos profissionais e valorizar a reflexão sobre o trabalho educativo. Sob esse entendimento, o acompanhamento tutorial ganha relevância quando ultrapassa procedimentos administrativos e passa a favorecer a compreensão dos conceitos e a análise crítica das experiências profissionais.

No âmbito da Educação Especial, a mediação pedagógica pode auxiliar os cursistas a compreender aspectos relacionados à inclusão, à acessibilidade e ao Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, a avaliação dos efeitos dessa mediação deve considerar evidências concretas, como as interações registradas, as atividades desenvolvidas e as dificuldades efetivamente observadas durante o curso.

A articulação entre teoria e prática na Educação Especial

A segunda dimensão diz respeito à articulação entre os fundamentos teóricos da Educação Especial e as situações vivenciadas pelos profissionais da educação. A formação continuada torna-se mais significativa quando permite relacionar os conhecimentos estudados às demandas presentes nas escolas, considerando as características dos estudantes e as condições de organização do trabalho pedagógico.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca a necessidade de reorganização dos sistemas educacionais para garantir a participação e a aprendizagem dos estudantes (BRASIL, 2008). Essa orientação evidencia que a inclusão exige mais do que o conhecimento da legislação: requer reflexão sobre as práticas, identificação de barreiras e planejamento de estratégias que favoreçam a participação de todos.

Nesse processo, o tutor pode incentivar os cursistas a analisar situações concretas, relacionar os conteúdos estudados às atividades escolares e refletir sobre alternativas de intervenção pedagógica. Essa atuação contribui para aproximar os conhecimentos teóricos das experiências profissionais, respeitando os limites das atribuições da tutoria.

A discussão também encontra respaldo na Lei nº 9.394/1996, que prevê a adoção de recursos, métodos e formas de organização adequados às necessidades dos estudantes da

Educação Especial (BRASIL, 1996). A formação continuada pode favorecer a compreensão desses direitos e estimular o planejamento de ações pedagógicas coerentes com as orientações legais.

Assim, a articulação entre teoria e prática constitui uma dimensão relevante da formação inclusiva. Para demonstrar como essa articulação ocorreu no curso acompanhado, recomenda-se acrescentar exemplos reais das orientações realizadas, das atividades propostas ou das situações discutidas pelos cursistas, preservando a identidade dos participantes.

Desafios da tutoria e possibilidades de fortalecimento da formação inclusiva

A atuação tutorial também envolve desafios relacionados à diversidade de experiências profissionais, aos diferentes níveis de familiaridade com os conteúdos e às condições de participação dos cursistas. Em um processo formativo, essas diferenças exigem acompanhamento atento, comunicação objetiva e estratégias de orientação compatíveis com as necessidades identificadas.

Na formação em Educação Especial, os desafios podem envolver a compreensão das atribuições do AEE, a elaboração de propostas pedagógicas inclusivas e a identificação de estratégias que favoreçam a participação dos estudantes. Essas questões precisam ser discutidas com base nos conteúdos do curso, nas normas educacionais e nas situações efetivamente observadas durante o acompanhamento.

A perspectiva inclusiva defendida por Mantoan (2003) contribui para compreender que a transformação da escola exige revisão de concepções e práticas que dificultam o reconhecimento das diferenças. Por essa razão, a formação continuada precisa estimular não apenas a aquisição de informações, mas também a análise crítica das atitudes, das estratégias de ensino e das condições institucionais que interferem na aprendizagem.

Nesse cenário, o tutor pode favorecer o diálogo, orientar a busca por fundamentos teóricos e incentivar a reflexão sobre alternativas pedagógicas. Também pode identificar dificuldades recorrentes e encaminhá-las aos responsáveis pela formação, conforme as atribuições estabelecidas pelo curso.

Entretanto, é necessário reconhecer que a tutoria, isoladamente, não elimina os obstáculos estruturais à inclusão. A efetivação de práticas inclusivas depende de políticas públicas, formação profissional, recursos de acessibilidade, condições de trabalho e articulação entre os diferentes agentes educacionais.

Portanto, a discussão evidencia a relevância potencial da tutoria como apoio ao percurso formativo, sem atribuir a ela resultados que não tenham sido comprovados. A análise das experiências concretas permitirá compreender em que medida as ações desenvolvidas contribuíram para a participação dos cursistas e para a reflexão sobre as práticas inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel do tutor como agente de mediação e articulação pedagógica nos processos de formação continuada em Educação Especial na perspectiva inclusiva. A discussão desenvolvida evidencia a importância do acompanhamento pedagógico para aproximar os conhecimentos teóricos das situações vivenciadas pelos profissionais da educação, favorecendo a reflexão sobre os desafios e as possibilidades de construção de práticas inclusivas.

A fundamentação teórica e legal apresentada demonstra que a efetivação da educação inclusiva exige compromisso institucional, formação profissional e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respeitem as características e as necessidades dos estudantes.

Nesse contexto, a formação continuada constitui um espaço importante para o aprofundamento dos conhecimentos sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e a eliminação de barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem.

A atuação do tutor destaca-se pela possibilidade de orientar os cursistas, estimular o diálogo, esclarecer dúvidas e favorecer a compreensão dos conteúdos formativos. Sua contribuição ultrapassa o acompanhamento das atividades, pois pode incentivar a autonomia, a troca de experiências e a análise crítica das práticas pedagógicas. Dessa forma, a tutoria representa um apoio relevante ao processo formativo, especialmente quando suas ações estão articuladas aos objetivos do curso e às necessidades dos participantes.

Entretanto, reconhece-se que a atuação tutorial, embora relevante, não é suficiente, isoladamente, para assegurar a transformação das práticas escolares. A consolidação da educação inclusiva depende também de políticas públicas efetivas, condições adequadas de trabalho, recursos de acessibilidade, colaboração entre os profissionais e compromisso permanente das instituições de ensino com o direito à aprendizagem.

Conclui-se que a formação continuada, quando orientada por princípios inclusivos e acompanhada de mediação pedagógica qualificada, pode contribuir para o desenvolvimento profissional dos educadores e para o fortalecimento de práticas mais conscientes, colaborativas e comprometidas com a diversidade. Ressalta-se, por fim, a importância de valorizar a tutoria como parte do processo formativo e de ampliar estudos que investiguem suas contribuições a partir de experiências concretas, registros de acompanhamento e percepções dos participantes.

5. REFERÊNCIAS

As referências abaixo correspondem a documentos oficiais e obras que existem e podem fundamentar seu artigo. Os endereços eletrônicos foram selecionados para facilitar a consulta e a conferência das fontes.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm